

21 de abril de 1985

Almir Pazzianotto Pinto

Para a nossa História, a data de 21 de abril de 1985 está definitivamente associada ao dia 15 de março do mesmo ano.

O real estado de saúde do paciente era mantido sob rigoroso sigilo pelos médicos, após a intervenção cirúrgica, no Hospital de Base, em Brasília. Falava-se em rápida recuperação, para ser empossado na presidência da República. Talvez, eu imagino, nem mesmo a esposa, Risoleta Neves, e os filhos, soubessem qual a gravidade do caso. A transferência do paciente, para São Paulo, levantou as primeiras suspeitas de que algo acontecia. A imprensa, entretanto, ainda que investigasse, era mantida em ignorância, contribuindo para a desinformação geral. Houve até o caso da fotografia do dr. Tancredo, em companhia da mulher e de alguns médicos, fotografado sentado em sofá no hospital, para transmitir otimismo à população. Quem se lembra?

Durante cerca de 20 ou 25 dias, a realidade permaneceu oculta. Em Brasília o governo se achava às escuras. Se o presidente Sarney estava informado de que a situação do paciente dia após dia se agravava, desconheço. Com dezenas de greves paralisando a economia, à frente do Ministério do Trabalho procurava manter em andamento as responsabilidades que me incumbiam, como a nomeação dos auxiliares diretos e dos Delegados Regionais do Trabalho, nos Estados. Esta tarefa era delicada, pois me via obrigado a respeitar acordos regionais que desconhecia.

Fui surpreendido em São Paulo com a notícia da morte do dr. Tancredo. Retornei imediatamente a Brasília para as cerimônias fúnebres e para o sepultamento, realizado em São João Del Rei, com a presença de todo o governo. A partir do dia 22 de abril tudo se encontrava alterado. Efetivada a posse de José Sarney na presidência da República, ignorava o destino que me esperava. Eu fora escolha pessoal do dr. Tancredo. Deputado estadual na Assembleia Legislativa paulista, não contava com decidido apoio da cúpula do meu partido, o MDB, sempre ávido por cargos nos altos escalões do governo. Afinal, chegara ao poder por vias tortas e o presidente Sarney era oriundo da Arena.

Os dias se passaram, aprofundando-se as distâncias entre o governo democrático e o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ao me convidar para ser o Ministro do Trabalho, Tancredo Neves me passou as suas duas únicas instruções. Providenciar a ratificação da Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho, assinada pelo Brasil em 1948, quando foi aprovada pela assembleia geral realizada em São Francisco, mas ainda não ratificada, e negociar a celebração do Pacto Social, nos moldes do pacto espanhol de Moncloa.

Transmiti ao presidente Sarney as instruções de Tancredo Neves. Embora pouco familiarizado com assuntos sindicais e trabalhistas, o presidente não apenas concordou, como ordenou a realização de encontros com entidades patronais e profissionais, na tentativa de se encontrarem caminhos para o pacto social, uma espécie

de trégua na permanente e inútil disputa entre salários e preços, provocada pela insidiosa inflação herdada do governo João Figueiredo. A reunião, cercada de grande expectativa, ocorreu na Granja do Torto. Além da presença do presidente Sarney, compareceram Ministros de Estado, presidentes das todas as grandes confederações de trabalhadores e a imprensa. Lula era esperado, por ser figura dominante da esfera sindical no momento. Fez questão, entretanto, de comunicar que estaria ausente, retirando considerável parte do significado do encontro. Afinal, era presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Devo lembrar que os dois primeiros atos que adotei, como Ministro, consistiram na revogação de portaria o Ministro Arnaldo Prieto, que proibia a fundação de organizações intersindicais, como a CUT, e a anistia a dirigentes sindicais cassados.

Houvesse fraquejado nos primeiros dias, cedido a pressões e decretado intervenção em entidade sindical grevista, teria permanecido talvez seis meses no governo para ser exonerado. Voltaria a São Paulo como advogado e deputado estadual desmoralizado, após abalar os alicerces da Nova República.

Neste aspecto, a compreensão e o apoio do presidente José Sarney foram fundamentais. Em junho de 1985 chefeei, pela primeira vez, a delegação brasileira à Assembleia anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra. Em meu discurso revelei a mudança de orientação governamental, relativamente à esfera sindical. Os sindicatos deixavam de ser reféns do governo, ficando livres de interferência e intervenção, conforme diria mais tarde a Constituição de 5 de outubro de 1988.

Deixei o ministério em 28 de setembro de 1988, para integrar o Tribunal Superior do Trabalho.

.....

Advogado. Foi presidente do Tribunal Superior do Trabalho. *Orbis News*, 29/4. Editor jornalista Fausto Camunha.